



*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

120
106

APELAÇÃO CÍVEL Nº 048043-9 – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE
APELANTE: SERVEP – SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES
PARAÍBA LTDA
ADVOGADO: ROBSON SILVA CARVALHO
APELADO: EVIDÊNCIAS MERCANTIL LTDA
ADVOGADO: WASHINGTON LUIZ MACÊDO DE AMORIM
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

550A

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS
MONITÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA
CONTRAPRESTAÇÃO PARA HAVER
EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. APELO
PROVIDO PARCIALMENTE.

A Ação Monitória tem base em prova escrita. A autora/embargada não comprovou a entrega dos produtos, pois não apresentou os canhotos assinados do recebimento da mercadoria.

DECISÃO: “POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI
PROVIDO PARCIALMENTE O RECURSO, NOS
TERMOS DO VOTO DA TURMA.”

DATA DO JULGAMENTO: 25 de novembro de 2009

121.

107

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 048043-9, em que figura como apelante SERVEP – SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES PARAÍBA LTDA e como apelado EVIDÊNCIAS MERCANTIL LTDA, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos em prover parcialmente o recurso, nos termos do voto da Turma. Tudo de acordo com os votos escritos anexos e notas taquigráficas que integram o presente aresto.

Recife, 11 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR

A/cp



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0048043-9 – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE
APELANTE: SERVEP – SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES PARAÍBA LTDA
ADVOGADO: ROBSON SILVA CARVALHO
APELADO: EVIDÊNCIAS MERCANTIL LTDA
ADVOGADO: WASHINGTON LUÍS MACÊDO DE AMORIM
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de Ação Monitória – Processo nº 16.199/96, proposta pela SERVEP – SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES PARAÍBA LTDA contra EVIDÊNCIAS MERCANTIL LTDA.

Alega a Autora/Apelante que celebrou com a empresa Ré negócio jurídico de compra e venda mercantil, no ano de 1994, objetivando a entrega de mercadorias (aparelhos que vão desde ferro de passar à TV), conforme fotocópias das notas fiscais acostadas aos autos (fs. 02, 07/13).

Afirma, ainda, que, como pagamento, a Ré/Apelada emitiu dois cheques de sua conta bancária, do Banco do Brasil e um terceiro cheque da conta do Sr. Sérgio Ferreira da Silva, do Banco Bradesco S/A, este último, endossado pelo Sr. Waldeci de Oliveira Pereira, esposo da Sra. Solange Ferreira da Silva, que assinou os cheques da empresa (fs. 02 e 06), e, que apesar dos esforços para receber o débito, a Ré/Apelada se mostrou arredia, forçando a promovente a buscar a tutela jurisdicional (f. 03).

Requer o pagamento do valor da causa, acrescido das custas processuais e honorários advocatícios no percentual máximo sobre o requerido.

113
109

O Juiz "a quo", nos termos do art. 1.102b, do CPC., determinou a citação da demandada, para, em 15 dias pagar a importância indicada ou opor embargos, com advertência prevista no referido artigo, de que se não forem opostos embargos, constituir-se-ia, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo (f. 15).

A Ré embargou, invocando defeito de representação, requereu, preliminarmente, a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC., e, no mérito, a improcedência do pedido, com a condenação da Embargada ao pagamento das despesas processuais e verba honorária, à máxima legal. Requereu, ainda, seja a Embargada reputada litigante de má-fé, condenando-se a mesma nos termos do art. 17, incisos II, III e IV do diploma legal referido (fs. 02/09).

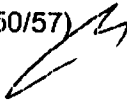
A Autora/Apelante apresentou impugnação de fs. 16/18, suscitando a rejeição dos Embargos.

Por sua vez, a Ré/Apelada apresentou contra-razões às fs. 25/28, requerendo o acolhimento dos Embargos em toda a sua plenitude, e também a devolução em dobro do valor constante em título estranho (cheque alheio à responsabilidade da Embargante).

Designada audiência de conciliação o juiz monocrático rejeitou a preliminar de defeito de representação levantada pela Embargante e indeferiu a produção de prova pericial como requerido (fs. 42/44v.).

Em suas alegações finais, diz a Embargante que não recebeu as mercadorias indicadas pela Embargada, por não corresponderem as que haviam sido solicitadas, sustando os cheques anteriormente entregues, afirmando também que não há comprovação do recebimento de tais mercadorias, ratificando os pedidos constantes da petição dos Embargos (fs. 46/49).

A parte Embargada, em suas razões finais, anexando aos autos o instrumento de mandato, afirma não ser verdadeiras as alegações da Embargante, dizendo que os cheques foram devolvidos não por sustação da Embargante e sim por insuficiência de fundos e conta encerrada, requerendo a rejeição dos Embargos, impondo-se a empresa Embargante as cominações da litigância de má-fé e o pagamento das custas e verba honorária (fs. 50/57).



114
110

O juiz *a quo* julgou procedentes os Embargos opostos contra a Ação Monitória, condenando a Embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à base de 15% sobre o valor da causa (fs. 59/62).

Inconformada com a sentença, a Autora/ Apelante ingressou com o recurso, arguindo a sua reforma integral, dando provimento à apelação (fs. 68/73).

A Ré/Apelada não apresentou contra-razões (f. 94).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 13 de julho de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR

A/cp



122
111

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0048043-9 – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE
APELANTE: SERVEP – SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES PARAÍBA LTDA
ADVOGADO: ROBSON SILVA CARVALHO
APELADO: EVIDÊNCIAS MERCANTIL LTDA
ADVOGADO: WASHINGTON LUÍS MACÊDO DE AMORIM
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Versam os presentes autos sobre Embargos à Ação Monitória, em que a Embargante alega que não recebeu as mercadorias compradas a Embargada, vez que a primeira remessa veio em total desacordo com o pedido original, fato comprovado em audiência, através de prova testemunhal.

A Ação Monitória tem base em prova escrita sem eficácia de título executivo.

No entanto a Autora/ Embargada, apesar de juntar as notas fiscais e os cheques dados em pagamento, não comprovou a entrega dos produtos, pois os canhotos assinados de recebimento da mercadoria não foram apresentados, nem sequer apresentou em audiência quaisquer prova de entrega dos mesmos. Ora, não existindo entrega das mercadorias na forma acordada, não existe a obrigação de efetuar pagamento.

Restou demonstrado nos autos que não houve por parte da Autora/Embargada prova de existência de contraprestação para haver exigibilidade da obrigação.

123
112

Cito jurisprudências do STJ sobre a matéria:

Processo

REsp 1021638 / BA
RECURSO ESPECIAL
2008/0004670-6

Relator(a): Ministro CASTRO MEIRA (1125)

Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA

Data do Julgamento

03/03/2009

Data da Publicação/Fonte

DJe 25/03/2009

Ementa

PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO MONITÓRIA. TÍTULO INJUNTIVO. OBRIGAÇÃO EXIGÍVEL. CONTRATO QUE ESTABELECEIA REGRAS ESPECÍFICAS. NÃO CUMPRIMENTO. SÚMULAS 5/STJ E 7/STJ.

1. O título injuntivo ou monitorio deve expressar obrigação exigível sendo suficiente indícios do cumprimento da contraprestação ou do advento do termo ou da condição. Precedentes.

2. No caso, o Tribunal de origem após valorar todos os fatos e provas, notadamente as notas fiscais juntadas e o próprio contrato formulado entre as partes, concluiu que não havia prova da existência de contraprestação nos termos pactuados, o que retira a exigibilidade da obrigação, inviabilizando a via do procedimento monitorio, cujo propósito é a formação célere do título executivo.

3. Os embargos infringentes foram rejeitados pelo acórdão recorrido sob os seguintes fundamentos:

"Como se verifica das 'cláusula quarta' e 'cláusula sétima', do Contrato nº 0606003/97-9 (fls. 12), a execução dos serviços contratados, além de dever ser precedida pela emissão de 'autorizações de serviços' pela embargada, somente poderá ser lançada em fatura após a fiscalização das obras e expedição de 'termo de aceitação', quando, então, abre-se o prazo 30 (trinta)

124

113

dias para pagamento, na forma do item "VII. 2", da citada 'cláusula sétima'. Nenhum desses documentos foi encartado aos autos, instruídos unicamente com notas fiscais e cópia da avença".

Em outro tópico, explicitou:

"Analisando as notas fiscais de fls. 50/61, vê-se que, no verso de cada uma delas, foi aposto um carimbo da embargada, assinalando com 'recebido' o documento. Todavia, no mesmo carimbo, há ainda mais três espaços, referentes ao atestado de execução do serviço, à conferência e ao visto da embargada, todos em branco, fato que também corrobora a tese desenvolvida no voto prevalente".

4. Por fim, rever todos os elementos fáticos e probatórios dos autos para concluir em direção oposta àquela alcançada pela Corte de origem, como postulado pela recorrente, esbarra nas Súmulas 5 e 7/STJ.

5. Recurso especial não provido.

Ante estas considerações, meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo, na íntegra a sentença vergastada.

É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo

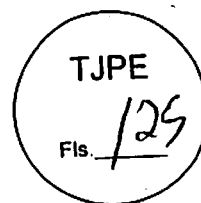
DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

RELATOR

A/cp



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



114

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 48043-9 da 1ª VARA CÍVEL DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: SERVEP - SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÕES LTDA.
APELADA: EVIDÊNCIAS MERCANTIL LTDA.

V O T O D E R E V I S Ã O

Trata-se de Apelação interposta contra sentença (fls. 59/62) julgando procedentes os Embargos Monitórios propostos pela ora Apelada por considerar ausente prova de "entrega das mercadorias na forma acordada", inexistindo, ato contínuo, "obrigação [da Embargante] de efetuar o pagamento".

Em suas razões recursais (fls. 67/73), a Apelante sustenta a incongruência do Magistrado ao privilegiar demasiadamente prova testemunhal produzida por funcionária da Recorrida. Alega que o conjunto probatório indica que as mercadorias foram entregues à Apelada, nada obstante a falta de aposição de assinatura nas notas fiscais.

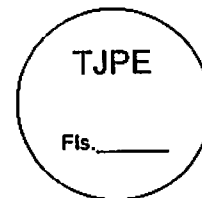
Desta forma, requer reforma da sentença para julgar improcedentes os Embargos Monitórios, com a inversão dos ônus sucumbenciais.

Apesar de regularmente intimada, a Apelada não apresentou contrarrazões, conforme certidão de fls. 94.

Brevemente relatado, decido.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes



115

Na inicial da monitória (fls. 02/04 do apenso), a Apelante pleiteia o recebimento de três cheques emitidos pela Evidências Mercantil Ltda. e por Sérgio Ferreira da Silva (fls. 06).

Com efeito, dentre as características dos títulos de créditos, a abstração e a autonomia estão entre as mais relevantes, pois os desvinculam das relações jurídicas subjacentes. Nesse sentido, transcrevo ensinamentos do jovem comercialista pernambucano André Ramos¹

.....
O terceiro e mais importante princípio relacionado aos títulos de crédito, considerado a pedra angular de todo o regime jurídico cambial, é o princípio da autonomia. Por esse princípio, entende-se que o título de crédito configura documento constitutivo de direito novo, autônomo, originário e completamente desvinculado da relação que lhe deu origem. Assim, as relações jurídicas representadas num determinado título de crédito são autônomas e independentes entre si, razão pela qual o vício que atinge uma delas, por exemplo, não contamina a outra. Melhor dizendo: o legítimo portador do título pode exercer seu direito de crédito sem depender das demais relações que o antecederam, estando completamente imune aos vícios ou defeitos que eventualmente as acometeram.

.....
Desta forma, é totalmente inócua a discussão sobre a entrega ou não das mercadorias diante das características dos títulos de crédito, prevalecendo a presunção de legitimidade da cártula que o sistema cambiário lhe confere.

¹ RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial, o novo regime jurídico-empresarial brasileiro. Salvador: JusPodivm, 2008. p. 219



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 126

116

Sobre esse tema, peço vênica para transcrever o seguinte julgado deste Tribunal, verbis:

.....
EMBARGOS À EXECUÇÃO JULGADOS IMPROCEDENTES. APELO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. MÉRITO. RECONHECIMENTO DA LITERALIDADE, AUTONOMIA E ABSTRAÇÃO DA CÂRTULA (CHEQUE). DESPICIENDA COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DO NEGÓCIO JURÍDICO SUBJACENTE. MANUTENÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO. SENTENÇA INALTERADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

É de ser mantida a sentença que, reconhecendo a literalidade da cârtula, autonomia e abstração do cheque, decidiu pela desnecessidade de se comprovar a origem do negócio jurídico subjacente.

O ato constitutivo deve ser mantido, uma vez que não restou provado que o imóvel penhorado se trata de bem de família. Por outro lado, ficou ressalvado o direito do representante legal da embargante em ter protegida sua residência, uma vez provada essa circunstância.

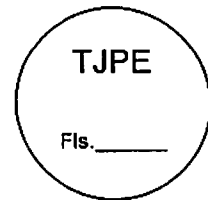
(TJPE - AC 48284-0 - 5ª CC - Rel. Des. Jovaldo Nunes - DJ 10.10.2007)

.....
O móvel recursal, contudo, não se encerra com esta conclusão. Resta perquirir se a desnecessidade de demonstrar a causa debendi permanece quando o cheque prescrito, i.e., não mais dotado de executividade, instruir ação monitória.

Entendo não haver motivo válido para retirar da cârtula a autonomia, uma vez que se trata de documento escrito comprobatório do débito. Pouco importa, ao meu ver, a causa de sua emissão, pois o cheque, por si só, tem força probante suficiente a autorizar a cobrança da dívida.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



117

O fato de o cheque prescrito poder ser dotado de executividade em decorrência da ação monitória não lhe confere caráter de título executivo. Porém, a impossibilidade de exigir o crédito mediante execução forçada não o desnatura como título de crédito dotado de autonomia e abstração.

Nesta linha, trago os julgados do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

.....

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. DESCRIÇÃO DA CAUSA DEBENDI. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.

1. Em ação monitória para cobrança de cheque prescrito, desnecessário que o credor comprove a "causa debendi" que originou o documento.

2. Agravo regimental provido.

(AgRg no Ag 965.195/SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 4ª Turma, DJe 23/06/2008)

.....

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. DOCUMENTO HÁBIL À INSTRUÇÃO DO PEDIDO. IMPUGNAÇÃO. INICIAL. DESCRIÇÃO DE CAUSA DEBENDI. DESNECESSIDADE.

I. A jurisprudência do STJ é assente em admitir como prova hábil à comprovação do crédito vindicado em ação monitória cheque emitido pelo réu, cuja prescrição tornou-se impeditiva da sua cobrança pela via executiva.

II. Para a propositura de ações que tais é despicienda a descrição da causa da dívida.

III. Agravo desprovido.

(AgRg no REsp 875.116/SC, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, 4ª Turma, DJ 20/08/2007 p. 292)

.....

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. AÇÃO MONITÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL INSUFICIENTE.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 127
118

1. O artigo apontado como contrariado, 1.102-A do Código de Processo Civil, não afasta o posicionamento do Tribunal, não tratando da tese de que "embora despiço de executividade, o cheque prescrito permanece sendo título de crédito e, assim, mantém as características de autonomia e abstração, o que seria suficiente, no entendimento do recorrente, para provar a existência da dívida, a despeito da conclusão contrária do Tribunal baseada no acervo probatório".
2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 643.292/MG, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, 3ª Turma, DJ 11/09/2006 p. 253)

Por outro lado, verifico o emitente do Cheque Bradesco no valor de Cr\$3.056.140,00 (três milhões, cinquenta e seis mil e cento e quarenta cruzeiros reais) - Sérgio. Ferreira da Silva - não participa da relação processual. A cártula também não foi endossada pela Recorrida, de forma que não há como imputá-la responsabilidade por seu pagamento (fl. 06)

Isto posto, **PROVEJO PARCIALMENTE O APELO** para modificar a sentença e julgar parcialmente procedentes os Embargos Monitórios, excluindo do pedido inicial a quantia de Cr\$3.056.140,00 representada pelo cheque emitido por Sérgio Ferreira da Silva. Inverto os ônus sucumbenciais, com honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, já considerada a sucumbência recíproca.

É como voto.

Recife, 25.11.09

CJF

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor



128

119

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Peço vênica para acompanhar a divergência.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE/REVISOR)

Acrescento ao eminente Relator que o cheque não é da parte apelante. Ele é de Sérgio Ferreira da Silva, terceiro estranho ao processo. Submeto essa questão a Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

A monitória foi proposta pelo credor, mas o cheque é de terceiro estranho?

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE/REVISOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (RELATOR)

Refluo no meu voto para acompanhar o Revisor.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS FOI PROVIDO PARCIALMENTE O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA."

Marcia